

ENSAIO

SOCIEDADES GEOGRÁFICAS NA PROMOÇÃO DOS SABERES A RESPEITO DO TERRITÓRIO

Perla ZUSMAN

O trabalho colocado hoje em discussão pretende ser uma análise do papel desempenhado pelas Sociedades Geográficas entre finais do século XIX e princípios do XX tanto na Argentina quanto no Brasil, tentando articular a constituição destas instituições, seus discursos e práticas com os processos de formação nacional-estatal e com o contexto de surgimento dos movimentos políticos nacionalistas. Mesmo que seja um trabalho comparativo buscou-se captar as singularidades de cada uma delas nos seus respectivos contextos de formação.

Nesta apresentação farei em primeiro lugar uma referência a algumas das idéias esboçadas nas conclusões gerais do trabalho para mais tarde desenvolver algumas novas reflexões surgidas a partir do final da dissertação em torno ao papel do intelectual e sua inserção nas instituições em questão, análise que não foi realizada no trabalho e que, neste momento aparecem relevantes para o fechamento desta etapa da pesquisa.

As conclusões desenvolvidas no trabalho visaram a compreender as semelhanças entre as atuações das instituições, quanto as diferenças em seus projetos disciplinares.

Perla Zusman

Em primeiro lugar, poderia se afirmar que as diferenças achadas no processo de formação nacional-estatal no Brasil e na Argentina estariam determinando as características de cada uma das instituições escolhidas.

Brasil, durante o período em questão ensaia três modelos de Estado diferenciados, procurando legitimar o projeto estatal e constituir uma identidade coletiva. Assim o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) acompanhará e promoverá o projeto estatal nacional imperial, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) o fará na República Velha e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Estado Novo. Deve se salientar que o IBGE não foi objeto específico de nossa pesquisa. Por seu lado, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) estaria acompanhando o projeto político de caráter estadual, que só terá um alcance nacional a partir de sua reestruturação em 1945. Cada uma destas instituições apresenta seu projeto disciplinar próprio, mesmo quando elas mantenham vinculações entre si.

Argentina por seu lado, conforma e consolida seu projeto nacional estatal sob a forma de República liberal entre 1860-1880. Eis neste momento que se formam o IGA e a SGA.

Este projeto em momento algum é questionado e continua vigente quando se cria a GAEA(1922) que embora esteja colaborando com as ações nacionalizadoras e legitimadoras do Estado da década do 20, sente-se continuadora do labor desenvolvido pelo IGA.

Deve-se salientar que, a diferença do Brasil, o IGA e a SGA quase não coexistem com a GAEA.

Em segundo lugar, deduz-se da conclusão anterior o acompanhamento entre projetos estatais nacionais e projetos institucio-

nais quer dizer, a direta vinculação entre Sociedades Geográficas e o Estado.

Assim, as Sociedades formadas tanto na Argentina quanto no Brasil durante o século XIX pareceriam cumprir funções semelhantes. Elas contribuíram à promoção do processo de apropriação territorial nas suas diferentes dimensões (reconhecimento, sistematização da informação, controle do território, resolução de conflitos limites). Para o desenvolvimento deste tipo de tarefas, elas inspiraram-se naquelas Sociedades Geográficas conformadas na Europa no processo de expansão colonial. Neste contexto, o discurso produzido por estas Sociedades Geográficas encontra um referente imediato na geografia material. Os trabalhos contidos em suas publicações costumam ser relatos de viajantes ou descrições das características físicas e demográficas de áreas muitas vezes de recente ocupação ou em litígio internacional.

As transformações sociais e econômicas do século XX redefinem o papel de algumas sociedades geográficas já existentes assim como também determinam as funções que cumprirão aquelas que se conformarão neste período. A desapareição da figura do monarca no Brasil junto com a abolição da escravidão levam à busca de novas formas de socialização dos sujeitos nos valores nacionais. A isto temos que acrescentar que nos anos 20 surgem uma série de movimentos nacionalistas que outorgam importância a educação – enquanto formadora dos valores pátrios – como caminho para superar as dificuldades que a elite ilustrada encontra no Brasil. Na Argentina, o crescimento da população a partir do fluxo imigratório e seu interesse por participar nos âmbitos da política fazem com que a elite intelectual procure formas alternativas de socializar os novos habitantes do país nos valores que assegurariam sua continuidade no poder.

Perla Zusman

Em ambos os contextos, as elites ilustradas outorgam importância ao ensino da Geografia, legitimada sob um projeto disciplinar de caráter naturalista. Projeto este que se apresenta como moderno a partir do fato de romper com a Geografia de nomenclatura. Tanto a GAEA como a SGRJ esforçam-se por construir uma estratégia epistemológica de legitimação científica onde conceitos como «lococonexão», «região natural», e «paisagem» procuram outorgar-lhe especificidade e um campo diferenciado à Geografia a respeito de outros saberes. A possibilidade de incorporar no ensino uma Geografia de base natural será gratamente recebida pelos diferentes Ministérios de Educação. Enquanto que os membros da GAEA participam na reformulação dos programas do segundo grau e no julgamento da adequação dos livros de texto de Geografia existentes a estes novos programas, alguns membros da SGA se incorporarão ao Conselho Nacional de Educação formado no governo provisório de Getúlio Vargas.

Deve-se salientar também que o vínculo da AGB com a USP e o Jornal do Estado de São Paulo a colocam no período em questão em oposição ao governo de Vargas.

Em terceiro lugar, os objetivos políticos destas instituições também vinculara-se com as características de sua conformação social.

Neste sentido, tanto na Argentina quanto no Brasil as instituições formada no século passado contam entre seus membros com políticos e intelectuais engajados nos projetos de formação nacional estatal (advogados, historiadores, viajantes, aficionados e engenheiros militares).

A Geografia concebida como uma disciplina «guarda-chuva», orgânica aos objetivos políticos atrai sujeitos procedentes das mais

diversas áreas do conhecimento. Mesmo que esta heterogeneidade mantenha-se nas sociedades formadas no século XX, a estrutura social da GAEA é bem diferente da estrutura da AGB. A GAEA encontra-se conformada essencialmente por naturalistas, enquanto que a AGB conta entre seus membros com naturalistas, professores de geografia, intelectuais e políticos. Em ambas as sociedades os perfis irão se homogeneizando até chegar a estar conformada essencialmente por geógrafos formados na universidade e professores de geografia do segundo grau.

Finalmente, e como assinali no início desta exposição gostaria de colocar algumas reflexões surgidas depois desta dissertação.

As idéias colocadas permitem constatar a importância das Instituições em questão na promoção dos projetos territoriais e na socialização dos indivíduos nos valores nacionais através de um discurso legitimado como científico. Buscou-se indagar a contribuição específica delas no processo de institucionalização disciplinar e nas estratégias epistemológicas utilizadas com este fim em cada um dos países em questão.

O percurso do trabalho demonstrou-me que a tarefa de pesquisa atravessa a própria história individual e por sua vez, a história individual participa na orientação da pesquisa. De fato o interesse nesta temática teve a ver com a conjuntura vivenciada na Argentina quando estava realizando meus estudos de graduação, momento no qual a hegemonia do discurso geográfico estava nas mãos da Sociedade Argentina de Estudos Geográficos difusora tanto nos âmbitos acadêmicos quanto do ensino de um projeto disciplinar regional inspirado na proposta de Hartshorne. O processo de democratização levado a esta disciplina permitiu seja de maneira formal ou informal nos aproximar às posturas marxistas, fenomenológicas e existencialistas já incorporadas e ressignificadas na Geografia Brasileira dos anos 80.

Perla Zusman

Neste sentido, a Geografia Brasileira foi um dos veículos a partir do qual as novas perspectivas, novos temas e novos objetos foram incorporados a Geografia produzida na Universidade de Buenos Aires.

Nesse momento apresentei um projeto para bolsa de iniciação a instituição equivalente na Argentina ao CNPQ daqui, o CONICET. Este projeto pretendia se aproximar a esta Sociedade Argentina de Estudos Geográficos a partir da compreensão do *papel do intelectual* e especificamente através da identificação daqueles responsáveis pela produção e promoção do discurso da Geografia enquanto disciplina.

Fazer algumas colocações em relação ao papel do intelectual – temática abordada tangencialmente na dissertação – pareceu-me uma maneira de fechar uma etapa no meu processo de pesquisa.

No seu livro recentemente publicado na Argentina como as *Representações Do Intelectual* Said (1996) diferencia duas perspectivas para a abordagem do intelectual. A primeira aproximação provém da análise da obra de Julien Benda (*The Treason of the Intellectuals* 1927) onde os intelectuais são considerados como um reduzido grupo de reis-filósofos superdotados e moralmente capacitados que constituem a consciência da humanidade. (Said, 1996: 24) Impactado pelo “affaire Dreyfuss” e pela primeira Guerra Mundial Benda atribui ao intelectual uma responsabilidade ética. Ele contaria com a capacidade para dizer a verdade ao poder, um indivíduo duro, eloqüente, imensamente valente para quem nenhum poder mundano é grande demais e imponente para não criticá-lo e censurá-lo com toda a intenção (Said, 1996: 27). Para Said, a postura de Gramsci apareceria como mais real enquanto este último procura demonstrar as funções reais que o intelectual desempenha na sociedade. Por sua vez Gramsci rompe com aquela visão do intelectual por acima da sociedade ao partir da afirmação que todos os homens são intelec-

tuais e que a diferença particular do intelectual e que esta é a função que ele leva adiante na sociedade.

Said (1996:28) conclui a apresentação destas duas posturas afirmando que na atualidade todo aquele que trabalha em qualquer dos campos relacionados tanto com a produção quanto a distribuição do conhecimento é um intelectual no sentido gramsciano.

Ambas aproximações permitem esboçar algumas idéias em relação ao papel dos intelectuais que aparecem em nosso trabalho. Uma análise retrospectiva e crítica nos aproxima à *postura gramsciana do intelectual*. Entretanto uma análise que poderíamos dizer mais fenomenológica nos levará a compreender que os intelectuais das conjunturas em questão em nosso trabalho consideram-se uma elite *esclarecida* com capacidade para visualizar problemas e resolvê-los, capacidade da qual, segundo eles, careciam outros estamentos das Sociedades. Por exemplo, da perspectiva destes intelectuais apenas eles poderiam ressignificar as formas de implementar as diferentes estratégias utilizadas pela Europa na expansão colonial no âmbito latino-americano.

Esta missão “civilizadora” (presente no discurso do fundador do IGA e do Visconde de São Leopoldo IHGB Brasil, e dos intelectuais aparecem em várias conjunturas das respectivas histórias nacionais, delineando os processos de formação nacional-estatal, fundamentando-se, na maioria das vezes, em discursos cientificamente legitimados.

Estas reflexões permitem-nos vislumbrar o estreito vínculo entre o que Bourdieu chamou campo cultural e campo da política.

Este vínculo é mais explícito no caso particular dos intelectuais partícipes das instituições formadas no século XIX. Em muitos

Perla Zusman

casos a participação deles no Estado outorga-lhes legitimidade para ser incorporados nestas instituições, e por sua vez, os liames com estes centros permitia-lhes emitir opiniões cientificamente legitimadas no campo político.

Entretanto, alguns autores reconhecem certa autonomia do discurso produzido pelas instituições científicas no sentido que esta estreita ligação (vulnerabilidade para alguns) diante das mudanças governamentais não significa que as políticas estatais tiveram a capacidade de intervir e moldar a seu prazer os espaços intelectuais. Isto tem a ver com a necessidade de demonstrar que além do envolvimento político as instituições e sujeitos em questão ficaram envolvidos na construção do projeto disciplinar e que estes projetos devem ser recuperados na hora de definir as tradições disciplinares dos respectivos países da América Latina.

Neste sentido, trazemos a afirmação de Pecaú para quem (os intelectuais dos anos 20-40 no Brasil) ficaram envolvidos na realidade em três tarefas: a produção de um saber que tivesse como fim ser *guia da população*, a produção de um saber vinculado à *determinação da cultura em direta relação com o projeto de constituição de uma identidade nacional e um saber que tratava da organização do aparelho tecnocrático e político* (evidente na organização do aparelho tecno-burocrático do Estado – Novo).

O intelectual estrangeiro

Uma questão que aparece no processo de formação nacional estatal argentino e no período de institucionalização universitária no

Estado-Novo é a contratação de cientistas e professores estrangeiros a fim de levar adiante seja o reconhecimento territorial, seja a formação das elites dirigentes. A partir deste fato resulta interessante analisar a representação que estes cientistas ou professores faziam destes territórios alheios e como elas influíram na sua produção.

Um dos artigos incluídos no trabalho do Said acima citado referido a ação do intelectual no exílio, é revelador neste sentido. Sem dúvida, é a própria trajetória biográfica de Said que o impulsiona a mergulhar nesta perspectiva. Além de refletir a respeito das questões que interiormente produz a necessidade imperiosa que a causa de problemas políticos fizeram que intelectuais como Adorno deveriam abandonar seu país de origem (para un hombre que ha dejado de tener una patria, el escribir se convierte en lugar para vivir) ele reconhece certos privilégios deste pertencer a outro lugar neste novo lugar.

O espírito de “estranheza” a respeito do novo lugar cria no intelectual estrangeiro uma atitude de surpresa, ele possui a possibilidade de pôr em dúvida seu conhecimento (Said, 1996:69). Com certeza, Deffontaines, Monbeig, Burmeister sentiram-se extasiados pelas realidades em mudança e transformação que encontraram diante de si. Esta idéia é reforçada por uma afirmação posterior de Said onde outorga a este olhar um caráter mais epistemológico. Said reconhece no fato de ser estrangeiro nestes países a necessidade que encontra o intelectual de “olhar as coisas não simplesmente como elas são senão como vindo a ser”. Isto significa compreender as situações como contingentes, não como inevitáveis, como resultado de uma série de opções históricas levadas adiante por homens e mulheres (...) não como realidades sobrenaturais ou naturais e portanto imutáveis, permanentes e irreversíveis” (Said, 1996: 71).

Perla Zusman

Um outro privilégio a que se refere Said associa-se à possibilidade oferecida pela própria experiência de combinar uma dupla perspectiva: Cada cena ou situação no país de acolhida evoca necessariamente sua contrapartida no país de procedência (Said, 1996: 70). Do ponto de vista de Said isto significa que uma idéia ou experiência ficara sempre contraposta com uma outra. Esta justaposição permitiria obter uma melhor e talvez mais universal idéia de como pensar, por exemplo um tema relacionado com os direitos humanos. Neste caso a reflexão de Said fica distante da visão dos estrangeiros que aparecem em nossa dissertação pelo fato que nas situações analisadas, o intelectual aparecia com uma situação do poder diferente daquele do exilado.

Esta situação de poder diferenciada do intelectual convidado a produzir um conhecimento inédito, legitimado como superior àquele que seria produzido nos âmbitos locais. As realidades novas estudam-se a partir das concepções do mundo, a partir da linguagem e quadros teóricos trazidos de fora e valorizados nesta nova sociedade como superiores àqueles que poderiam surgir nestes países. Mais do que a *justaposição* de perspectivas observa-se a *imposição* de uma perspectiva sobre outra. Deve-se salientar a importância que as pesquisas desenvolvidas nestes territórios quase-úrgens para as perspectivas do mundo ocidental tiveram para estes intelectuais em seu país de origem. Elas significaram a possibilidade de voltar a Europa com uma linha de pesquisa particular, com um conhecimento inovador que poderia significar um reconhecimento particular segundo as normas de sacralização vigentes nos respectivos contextos acadêmicos. No caso do Monbeig, isto significou a possibilidade de contar com uma temática original para desenvolver seu trabalho de doutorado, por exemplo.

Comecei esta apresentação frisando que na história da dissertação as nossas preocupações pessoais entrelaçaram-se com o processo de sua produção. A dissertação foi também fruto da necessidade de procurar na história disciplinar um caminho que respondesse as nossas dúvidas em relação a nosso interesse por formarmos num saber que apesar de sua ambigüidade epistemológica tinha um espaço institucional consolidado. A segunda preocupação a qual meu primeiro projeto buscava responder tinha a ver com o debate que na nossa graduação mantinhamos com meus colegas, qual era a função que nós deveríamos levar adiante em nossa sociedade, questão que para mim ainda fica aberta, especialmente se tivermos em conta que o nosso discurso é mais uma das engrenagens desta sociedade.

Bibliografia

SAID, E. (1996) *Representación del Intelectual*. Paidós, Barcelona.

SIGAL, S. (1991) *Intelectuales y poder en la década del sesenta en Argentina*. Punto Sur, Buenos Aires.

PECAUT, D. (1989) *Entre el pueblo y la Nación*. Los intelectuales y la política en Brasil. Ed. de la Maison de Sciences.

